

A DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REGISTROS, OBSERVAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS

PEDAGOGICAL DOCUMENTATION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: RECORDS, OBSERVATIONS AND REFLECTIONS ON CHILDREN'S DEVELOPMENT

 <https://doi.org/10.63330/armv2n10-006>

Submetido em: 20/10/2026 e Publicado em: 23/10/2026

ARM: e262482

Doglas Rodrigues da Silva

Pós-graduado em Gestão Escolar; Faculdade da Região Serrana FARESE

E-mail: Doglasr19@gmail.com

Resumo

A documentação pedagógica constitui uma ferramenta importante para acompanhar e compreender os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças na Educação Infantil. Por meio da observação, dos registros e da reflexão sobre as experiências cotidianas, o professor pode identificar interesses, reconhecer formas de participação e reorganizar o planejamento de acordo com as necessidades do grupo. Este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância da documentação pedagógica na Educação Infantil, destacando a relação entre observação, registro, avaliação e planejamento. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada em obras sobre educação e prática docente e em documentos normativos da educação brasileira. A discussão evidencia que os registros pedagógicos ganham sentido quando são utilizados para interpretar as experiências infantis e orientar decisões, e não apenas como comprovação burocrática do trabalho realizado. Também se destaca a necessidade de respeitar a singularidade das crianças, evitar rótulos e proteger sua privacidade na produção e circulação de registros. Conclui-se que a documentação pedagógica, quando desenvolvida de forma ética, sistemática e reflexiva, contribui para tornar visíveis os percursos de aprendizagem, fortalecer a intencionalidade docente e qualificar a organização das práticas educativas.

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil; Documentação pedagógica; Educação Infantil; Observação; Registro.

Abstract

Pedagogical documentation is an important tool for monitoring and understanding children's learning and development processes in early childhood education. Through observation, records, and reflection on everyday experiences, teachers can identify interests, recognize forms of participation, and reorganize



planning according to the group's needs. This article aims to reflect on the importance of pedagogical documentation in early childhood education, highlighting the relationship between observation, recording, assessment, and planning. It is a qualitative study based on bibliographic and documentary research, drawing on works about education and teaching practice, as well as Brazilian educational regulations. The discussion shows that pedagogical records become meaningful when they are used to interpret children's experiences and guide decisions, rather than merely serving as bureaucratic evidence of completed work. It also emphasizes the need to respect each child's individuality, avoid labeling, and protect privacy when producing and sharing records. The article concludes that pedagogical documentation, when developed ethically, systematically, and reflectively, helps make learning pathways visible, strengthens teachers' intentionality, and improves the organization of educational practices.

Keywords: Child development; Early childhood education; Observation; Pedagogical documentation; Records.

1 INTRODUÇÃO

Na Educação Infantil, acompanhar o desenvolvimento das crianças exige um olhar atento para experiências que nem sempre aparecem em produções finais ou em respostas facilmente mensuráveis. A maneira como uma criança explora um material, participa de uma brincadeira, estabelece relações com os colegas, comunica uma necessidade ou retoma uma descoberta pode revelar aspectos importantes de seu percurso. Para compreender essas manifestações, o professor precisa observar, registrar e refletir sobre o cotidiano de forma intencional.

A documentação pedagógica surge nesse contexto como uma possibilidade de tornar visíveis os processos vividos pelas crianças e as decisões tomadas pelo professor. Ela não se limita a reunir fotografias, desenhos ou anotações, mas envolve selecionar registros, interpretá-los e utilizá-los para compreender as experiências educativas. Seu valor está na reflexão que promove e nas decisões que pode orientar.

Na rotina escolar, entretanto, existe o risco de que os registros sejam produzidos apenas para atender a exigências administrativas ou para demonstrar que determinada proposta foi realizada. Quando isso acontece, a documentação pode perder sua função pedagógica e se transformar em uma coleção de evidências sem relação efetiva com o planejamento. O desafio está em produzir registros que ajudem a compreender as crianças e a qualificar as experiências oferecidas.

A Base Nacional Comum Curricular destaca que a Educação Infantil deve assegurar direitos de aprendizagem e desenvolvimento, incluindo conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se (Brasil, 2018). A observação e a documentação podem contribuir para acompanhar como esses direitos se



concretizam nas experiências cotidianas, desde que o professor considere diferentes formas de participação e não restrinja sua análise a desempenhos padronizados.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil orientam que as instituições criem procedimentos para acompanhar o trabalho pedagógico e avaliar o desenvolvimento das crianças sem objetivo de seleção, promoção ou classificação (Brasil, 2009). Essa orientação reforça a importância de uma avaliação que acompanhe os percursos infantis e respeite as características próprias dessa etapa da educação.

A documentação pedagógica também oferece oportunidades para refletir sobre o próprio trabalho docente. Ao revisar registros, o professor pode questionar se os materiais disponibilizados favoreceram a exploração, se o tempo foi suficiente, se todas as crianças encontraram possibilidades de participação e quais experiências merecem continuidade. Dessa maneira, documentar não significa apenas olhar para o que a criança fez, mas também analisar as condições educativas que foram organizadas.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre a importância da documentação pedagógica na Educação Infantil, destacando as relações entre observação, registro, avaliação e planejamento. Busca-se discutir como a documentação pode contribuir para compreender os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, apoiar as decisões docentes e fortalecer práticas educativas comprometidas com a participação e a singularidade infantil.

A relevância do tema está na necessidade de compreender os registros como instrumentos de reflexão e não apenas como exigências burocráticas. Ao discutir seus usos e limites, pretende-se contribuir para uma prática docente que reconheça a complexidade do desenvolvimento infantil e utilize a documentação de maneira ética, cuidadosa e vinculada à organização pedagógica.

2 METODOLOGIA

Este artigo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. Esse percurso metodológico foi escolhido por possibilitar a análise de conceitos e orientações relacionados à documentação pedagógica, à observação, ao registro e ao acompanhamento do desenvolvimento infantil na Educação Infantil.

A pesquisa bibliográfica tomou como referência obras que discutem pesquisa qualitativa, avaliação e documentação dos processos educativos. A pesquisa documental considerou marcos normativos da educação brasileira, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular.

A análise foi organizada em eixos temáticos: a compreensão da documentação pedagógica para além do acúmulo de registros; a observação das experiências infantis; a relação entre documentação, avaliação e



planejamento; os cuidados éticos envolvidos na produção e circulação dos registros; e as possibilidades de utilização da documentação na reflexão sobre a prática docente.

O material foi analisado de forma interpretativa, buscando relacionar as orientações normativas e as contribuições teóricas aos objetivos do artigo. Não foram realizadas entrevistas, observações sistemáticas em instituições, nem coleta de dados com crianças ou professores. Assim, o texto apresenta uma discussão teórica e não pretende relatar resultados empíricos ou generalizar práticas de todas as instituições de Educação Infantil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 DOCUMENTAR NÃO É APENAS GUARDAR REGISTROS

Em muitas instituições, o cotidiano produz uma grande quantidade de materiais: fotografias, desenhos, relatos, anotações e produções das crianças. Embora esses elementos possam contribuir para acompanhar o desenvolvimento infantil, sua simples reunião não garante a existência de uma documentação pedagógica significativa. Para que os registros adquiram sentido, precisam ser selecionados, contextualizados e interpretados em relação às experiências vividas.

Uma fotografia isolada, por exemplo, pode mostrar uma criança manipulando determinado material, mas oferece informações limitadas quando não se conhece o contexto em que a imagem foi produzida. O que despertou o interesse? Que escolhas foram realizadas? Houve interação com outras crianças? A experiência foi retomada em outro momento? Perguntas como essas ajudam a transformar um registro visual em material para reflexão pedagógica.

Documentar implica escolher o que merece ser observado e tornar explícitos os motivos dessa escolha. Isso não significa registrar cada ação infantil, algo inviável e desnecessário, mas identificar situações que contribuam para compreender os interesses, as estratégias, as relações e as aprendizagens que se manifestam no cotidiano.

Quando os registros são organizados apenas para compor pastas ou murais, podem perder a conexão com as decisões pedagógicas. Em contrapartida, quando são revisitados pelo professor, ajudam a identificar aspectos que passaram despercebidos durante a rotina e oferecem referências para planejar novas experiências. O sentido da documentação está, portanto, menos na quantidade de materiais reunidos e mais na qualidade da reflexão que eles possibilitam.

A documentação pedagógica pode também favorecer a comunicação com as famílias e com a equipe escolar, desde que os registros sejam apresentados com contexto e cuidado. Compartilhar o percurso de uma experiência permite mostrar não apenas um produto final, mas as tentativas, as perguntas, as interações e as descobertas que fizeram parte do processo.



3.2 A OBSERVAÇÃO COMO PONTO DE PARTIDA

A observação constitui uma dimensão fundamental da documentação pedagógica porque permite ao professor aproximar-se das formas pelas quais as crianças exploram o mundo e participam das experiências. Observar exige atenção aos detalhes e disposição para interpretar ações que podem assumir significados diferentes conforme o contexto.

Uma criança que observa os colegas antes de entrar em uma brincadeira, por exemplo, pode estar compreendendo as regras e avaliando como participar. Outra pode demonstrar interesse por uma experiência por meio da repetição de movimentos ou da exploração silenciosa de um material. Se a observação considerar apenas respostas verbais ou participação imediata, algumas dessas manifestações podem não receber a devida atenção.

Por isso, é importante que o professor evite conclusões precipitadas baseadas em episódios isolados. Uma situação observada em determinado dia não define, por si só, as capacidades, os interesses ou as dificuldades de uma criança. A compreensão exige considerar diferentes momentos, ambientes, interações e oportunidades oferecidas.

A observação intencional não significa vigiar permanentemente as crianças nem interromper suas experiências a todo momento para produzir anotações. O professor precisa equilibrar o acompanhamento do grupo com a participação nas situações educativas. Registros breves podem ser realizados quando pertinentes, e reflexões mais aprofundadas podem ocorrer posteriormente, a partir de lembranças e materiais selecionados.

Esse processo contribui para deslocar o olhar de uma avaliação centrada exclusivamente no resultado para uma compreensão mais ampla do percurso. Em vez de perguntar apenas se a criança conseguiu realizar determinada proposta, o professor pode considerar quais estratégias utilizou, que apoios foram necessários, como reagiu aos desafios e quais condições favoreceram seu envolvimento.

3.3 REGISTROS QUE AJUDAM A COMPREENDER OS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

Os registros pedagógicos podem assumir diferentes formatos, conforme os objetivos da observação e as características da experiência. Anotações descritivas, produções infantis, fotografias, narrativas de situações e registros coletivos são algumas possibilidades. Não existe um único formato que responda a todas as necessidades; a escolha deve considerar o que se pretende compreender e como a informação poderá ser utilizada.

Um registro descritivo pode ajudar a recuperar as falas, os gestos, as escolhas e as estratégias observadas durante uma experiência. A produção de uma criança pode revelar como ela representa uma ideia ou como modifica suas tentativas ao longo do tempo. Uma sequência de imagens, quando autorizada e contextualizada, pode mostrar mudanças na maneira de explorar um material. Em todos os casos, a



interpretação precisa estar relacionada ao contexto, evitando atribuir significados que o registro não permite sustentar.

Também é importante diferenciar descrição e interpretação. Descrever significa registrar o que foi observado com o máximo de clareza possível; interpretar envolve formular hipóteses sobre o significado daquela situação. As duas dimensões são importantes, mas não devem ser confundidas. Ao reconhecer que uma interpretação é provisória, o professor mantém abertura para observar outras situações e rever suas conclusões.

Os registros podem contribuir para acompanhar processos ao longo do tempo. Ao comparar observações realizadas em diferentes momentos, o professor pode perceber mudanças na participação, no uso dos materiais, na comunicação ou nas estratégias utilizadas. Essa comparação deve evitar rankings entre crianças e priorizar a compreensão dos percursos individuais, considerando as oportunidades e os apoios disponibilizados.

A qualidade do registro também depende da linguagem utilizada. Descrições que classificam a criança como desinteressada, incapaz ou difícil tendem a fixar uma interpretação e podem influenciar negativamente as expectativas dos adultos. É mais produtivo descrever a situação observada, identificar as condições presentes e formular perguntas sobre as possibilidades de intervenção. Essa mudança favorece uma documentação mais ética e pedagogicamente útil.

3.4 DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA, AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO

A documentação pedagógica estabelece uma relação direta com a avaliação na Educação Infantil, especialmente quando o acompanhamento é compreendido como um processo contínuo de observação e reflexão, e não como classificação das crianças. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê a avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento, sem finalidade de promoção, inclusive para o acesso ao Ensino Fundamental (Brasil, 1996). Esse princípio orienta uma abordagem que valoriza os percursos e as experiências vividas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil reforçam a necessidade de procedimentos de acompanhamento do trabalho pedagógico e de avaliação do desenvolvimento das crianças sem seleção, promoção ou classificação (Brasil, 2009). Nessa perspectiva, a documentação pode ajudar a reunir informações relevantes sobre as experiências, desde que seja utilizada para compreender os processos e orientar a organização do trabalho.

A relação com o planejamento ocorre quando o professor utiliza o que observou para decidir os próximos passos. Se os registros indicam que as crianças demonstraram curiosidade por determinado fenômeno, pode ser pertinente ampliar a exploração com novos materiais. Se revelam dificuldades de acesso a uma proposta, pode ser necessário reorganizar o espaço ou oferecer outras formas de participação.



Se mostram que uma experiência foi rapidamente concluída, o professor pode avaliar se ela precisa ser aprofundada ou se os objetivos foram alcançados por outro caminho.

Esse movimento impede que o planejamento seja elaborado de forma desconectada do cotidiano. A observação fornece informações sobre as experiências reais; a documentação ajuda a organizar e interpretar essas informações; e o planejamento transforma a reflexão em novas possibilidades de ação. O ciclo não termina com o registro, pois as decisões seguintes também precisam ser acompanhadas e avaliadas.

É importante, contudo, evitar que a documentação seja utilizada para justificar qualquer decisão sem análise crítica. Um registro não fala por si só e não substitui o conhecimento profissional do professor. Ele oferece elementos para reflexão, que precisam ser considerados em conjunto com o contexto, os objetivos pedagógicos e as condições de participação das crianças.

3.5 ÉTICA, PRIVACIDADE E RESPEITO ÀS CRIANÇAS

A produção de documentação pedagógica exige responsabilidade ética, especialmente quando envolve fotografias, vídeos, falas identificáveis ou informações sobre situações pessoais das crianças. O fato de um registro ter sido produzido no ambiente escolar não significa que possa ser compartilhado livremente em qualquer contexto. É necessário considerar a finalidade do material, as regras da instituição, a autorização pertinente e a proteção da identidade e da dignidade infantil.

Os registros devem contribuir para compreender os processos educativos, sem expor a criança a constrangimentos ou transformar suas dificuldades em material de circulação indiscriminada. Informações sensíveis precisam ser tratadas com cuidado, e o compartilhamento deve ocorrer somente quando houver finalidade pedagógica legítima e condições adequadas de proteção.

A ética também está presente na maneira como o professor interpreta e descreve as experiências. Um episódio de conflito, uma recusa ou uma dificuldade momentânea não deve ser utilizado para definir a criança como pessoa. A documentação precisa preservar a possibilidade de mudança e reconhecer que o comportamento infantil depende de múltiplas condições, incluindo o ambiente, as relações e a situação vivida.

Outro cuidado importante é evitar que a busca por registros produza interferências excessivas na experiência das crianças. Fotografar ou filmar não deve se tornar mais importante do que acompanhar a brincadeira, garantir segurança e participar das interações. O registro é um recurso a serviço da reflexão pedagógica, e não o objetivo principal da experiência.

Uma documentação ética reconhece as crianças como sujeitos de direitos e considera sua privacidade, sua imagem e sua dignidade. Ao adotar critérios cuidadosos para produzir, armazenar e compartilhar registros, o professor fortalece a confiança das famílias e preserva o caráter educativo do trabalho.



3.6 A DOCUMENTAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE DIÁLOGO COM AS FAMÍLIAS E A EQUIPE

Quando organizada de forma clara e contextualizada, a documentação pedagógica pode favorecer o diálogo entre o professor, as famílias e os demais profissionais que acompanham as crianças. Em vez de apresentar somente produtos concluídos, os registros podem revelar os caminhos percorridos, as perguntas que surgiram, as estratégias utilizadas e as interações que contribuíram para a experiência.

Esse tipo de comunicação ajuda a ampliar a compreensão sobre a aprendizagem infantil, pois mostra que o desenvolvimento não se limita a resultados imediatos. Uma sequência de registros pode evidenciar como uma criança modificou uma tentativa, passou a compartilhar materiais ou encontrou novas formas de comunicar uma ideia. Essas informações oferecem uma visão mais ampla do cotidiano educativo.

O diálogo com as famílias, entretanto, precisa evitar comparações entre crianças ou interpretações que ultrapassem o que os registros sustentam. O objetivo não é estabelecer uma hierarquia de desempenhos, mas compartilhar observações relevantes, valorizar os percursos e construir uma relação de parceria em torno do desenvolvimento infantil.

Na equipe escolar, a documentação também pode apoiar o planejamento coletivo. Ao discutir registros, os profissionais podem identificar necessidades de reorganização do ambiente, refletir sobre a acessibilidade das propostas e compartilhar diferentes interpretações de uma mesma situação. Essa troca contribui para que o acompanhamento não dependa exclusivamente da memória ou da percepção individual de um único profissional.

Para que esse potencial se concretize, é necessário estabelecer critérios comuns sobre quais registros produzir, como organizá-los, quem pode acessá-los e de que maneira serão utilizados. A documentação precisa ser viável dentro das condições de trabalho e manter uma finalidade pedagógica clara, evitando a produção excessiva de materiais que não serão analisados ou utilizados.

3.7 DESAFIOS PARA INCORPORAR A DOCUMENTAÇÃO AO COTIDIANO

Apesar de suas possibilidades, a documentação pedagógica enfrenta desafios práticos. O tempo disponível para registrar e analisar as experiências, o tamanho dos grupos, a quantidade de demandas simultâneas e a falta de momentos coletivos de reflexão podem dificultar a continuidade do processo. Essas condições precisam ser consideradas para que a documentação não se transforme em mais uma exigência burocrática imposta ao professor.

Uma alternativa é selecionar focos de observação em vez de tentar registrar tudo o que acontece. O professor pode definir perguntas orientadoras relacionadas aos objetivos de determinada experiência, observar aspectos específicos e produzir registros breves que sejam possíveis de retomar posteriormente. Essa organização favorece a qualidade da análise sem exigir uma documentação exaustiva.



A formação continuada também pode contribuir para ampliar a compreensão sobre os diferentes tipos de registro e suas finalidades. Estudar exemplos, analisar situações e discutir critérios éticos ajuda os profissionais a reconhecer quais informações são relevantes e como transformá-las em decisões pedagógicas. A formação, porém, precisa estar acompanhada de tempo e condições institucionais para que o trabalho seja realizado.

Outro desafio está em evitar que os registros sejam tratados como evidências de sucesso ou fracasso. Uma documentação pedagógica consistente também pode revelar que determinada proposta não favoreceu a participação esperada ou que o planejamento precisa ser revisto. Reconhecer esses aspectos não significa desvalorizar o trabalho docente; significa utilizar a informação para compreender o que pode ser aprimorado.

Por fim, é necessário que a gestão escolar reconheça a documentação como parte do trabalho pedagógico. A definição de momentos para estudo, diálogo e organização dos registros favorece a continuidade do processo. Sem esse apoio, existe o risco de que a documentação dependa apenas do esforço individual e se torne irregular ou superficial.

3.8 DOCUMENTAR PARA REFLETIR E TRANSFORMAR A PRÁTICA

O potencial mais significativo da documentação pedagógica está na possibilidade de transformar a observação do cotidiano em reflexão sobre as práticas educativas. Quando o professor revisita os registros com perguntas claras, pode identificar aspectos que precisam ser mantidos, ampliados ou modificados. A documentação deixa, assim, de ser um arquivo do passado e passa a contribuir para decisões futuras.

Esse processo requer abertura para rever interpretações. Uma primeira observação pode sugerir determinada hipótese, mas novos registros podem apontar outros significados. Ao reconhecer o caráter provisório das interpretações, o professor evita transformar um episódio isolado em conclusão definitiva e mantém o compromisso com uma compreensão mais cuidadosa das experiências infantis.

A reflexão também envolve analisar o papel do adulto. Os registros podem ajudar a perceber quanto tempo foi concedido para explorar, quais intervenções foram realizadas, como os materiais foram apresentados e quais crianças tiveram mais oportunidades de participar. Dessa forma, a documentação contribui para examinar não apenas as ações infantis, mas também as condições pedagógicas organizadas pela instituição.

Quando utilizada de maneira sistemática, a documentação favorece a continuidade entre as experiências. O professor pode retomar interesses identificados anteriormente, oferecer novos desafios e acompanhar as mudanças observadas. Essa continuidade fortalece o planejamento e ajuda a construir uma prática menos dependente de propostas isoladas e mais conectadas aos processos vividos pelas crianças.



Documentar, portanto, não significa produzir uma narrativa idealizada da rotina escolar. Significa reconhecer a complexidade do cotidiano, registrar aspectos relevantes, refletir sobre as decisões e construir novas possibilidades. Seu valor está na capacidade de apoiar um trabalho pedagógico atento, responsável e comprometido com o desenvolvimento integral das crianças.

4 CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo refletir sobre a importância da documentação pedagógica na Educação Infantil, destacando as relações entre observação, registro, avaliação e planejamento. A discussão permitiu compreender que documentar não significa apenas reunir fotografias, produções e anotações, mas selecionar e interpretar registros para compreender as experiências das crianças e orientar decisões pedagógicas.

Os argumentos apresentados reforçam que a observação intencional é fundamental para reconhecer diferentes formas de participação e acompanhar processos que nem sempre aparecem em resultados finais. Os registros podem ajudar o professor a perceber interesses, estratégias, interações e necessidades de apoio, desde que sejam analisados dentro do contexto em que foram produzidos e não utilizados para estabelecer rótulos ou comparações simplificadoras.

A documentação pedagógica também se mostrou relacionada à avaliação e ao planejamento. Quando os registros são retomados de maneira reflexiva, podem orientar a continuidade das experiências, a reorganização dos espaços, a seleção de materiais e a criação de outras possibilidades de participação. Dessa forma, contribuem para que o planejamento permaneça conectado ao cotidiano e às necessidades identificadas no grupo.

Outro ponto central é a responsabilidade ética envolvida na produção e circulação dos registros. A proteção da imagem, da privacidade e da dignidade das crianças deve orientar as escolhas dos profissionais. Além disso, os registros precisam utilizar linguagem cuidadosa, contextualizar as situações e preservar a compreensão de que o desenvolvimento infantil é dinâmico e não pode ser definido por episódios isolados.

Entretanto, para que a documentação cumpra sua função, é necessário considerar as condições concretas de trabalho. O tempo destinado à reflexão, a formação continuada, o diálogo entre os profissionais e o apoio institucional são elementos importantes para evitar que os registros se transformem em tarefas burocráticas sem efeito sobre a prática pedagógica.

Como se trata de uma pesquisa bibliográfica e documental, o artigo não apresenta dados empíricos sobre instituições específicas. Estudos futuros poderão investigar como diferentes equipes organizam seus processos de documentação, quais estratégias são viáveis em contextos diversos e como os registros contribuem para as decisões de planejamento e avaliação.



Conclui-se que a documentação pedagógica pode fortalecer a qualidade do trabalho na Educação Infantil quando é utilizada como instrumento de observação, interpretação e reflexão. Seu propósito não é registrar tudo nem comprovar que todas as propostas foram realizadas, mas tornar visíveis os percursos das crianças e ajudar o professor a compreender melhor as experiências educativas. Documentar, nesse sentido, é também assumir o compromisso de olhar com atenção, rever decisões e construir condições para que cada criança tenha oportunidades significativas de participar, aprender e se desenvolver.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: CNE/CEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.